

PROCESSO Nº

10314.003286/98-19

SESSÃO DE

21 de junho de 2000

ACÓRDÃO Nº

: 301-29.268

RECURSO Nº

: 120.734

RECORRENTE

: SALICRU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LTDA

RECORRIDA

: DRJ/SÃO PAULO/SP

NO BREAKS.

O equipamento denominado "sistema ininterrupto de alimentação" no break, não tem como uso exclusivo os aparelhos de informática. Inclui-se, portanto, no beneficio da isenção com base na Lei

9.439/97.

RECURSO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasilia-DF, em 21 de junho de 2000

MOACYR ELOY DE MEDEIROS_

Presidente

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, LUIZ SÉRGIO FONSECA SOARES, CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO, ROBERTA MARIA RIBEIRO ARAGÃO e PAULO LUCENA DE MENEZES. Ausente o Conselheiro FRANCISCO JOSÉ PINTO DE BARROS.

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO №

120.734

ACÓRDÃO №

: 301-29.268

RECORRENTE

: SALICRU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LTDA

RECORRIDA

: DRJ/SÃO PAULO/SP

RELATOR(A)

: LEDA RUIZ DAMASCENO

RELATÓRIO

A empresa importou equipamento denominado "sistema de alimentação ininterrupta UPS-4000" conhecido como "no break", pleiteando isenção com base na Lei 9.439/97 classificando-o na posição 8504 4040.

Discordou a fiscalização, com base em laudo técnico, da concessão do beneficio, por entender que tais equipamentos, quando destinados a proteção de máquinas de tratamento de informação, não fariam jus a tal isenção.

A fiscalização baseou seu entendimento em laudo técnico, que argúi ser tal equipamento específico para utilização em máquinas de processamento de dados, entendendo que o artigo 33, do anexo à Lei 9.493/97, exclui da isenção os 'no breaks' para as máquinas da posição 84 71.

O contribuinte impugnou o feito discordando da interpretação do fisco, uma vez que entende que tal equipamento não é exclusivo para as máquinas de tratamento de informações, mas também para outros tipos de máquinas.

A decisão monocrática julgou procedente a ação fiscal, considerando inexata a descrição da mercadoria e mantendo a multa de oficio.

Inconformada, a empresa recorre a este Conselho reiterando os argumentos da peça impugnante e aduzindo:

- que o laudo, in fine, é claro quando diz que o equipamento não tem uso específico para máquinas de processamento de dados;
- discorda da fundamentação da decisão argüindo que o 'no break' importado, serve inclusive para "sistema de iluminação de aeroportos e shopping centers e em sistemas telefônicos" que por excelência nada tem a ver com processamentos de dados;
- defende a posição adotada, uma vez que alega que podem ser processados em equipamentos diversos que não somente em produtos da posição 8471;

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº

: 120.734

ACÓRDÃO № : 301-29.268

Apresentou comprovante do depósito legal.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N°

: 120.734

ACÓRDÃO №

: 301-29.268

VOTO

Em verdade, o laudo no qual se baseou o Auto de Infração e a Decisão de Primeiro Grau, não exclui a utilização da aparelhagem em outras máquinas.

À fl. 32, in fine, o assistente técnico demonstra, claramente, a abrangência da utilização do chamado "no break" em outras máquinas, exemplificando "... aparelhos de precisão, caixas automáticas...".

Entendo que a resposta ao quesito 03 do laudo de fls. 31/32, deixa clara a razão do contribuinte, dizendo inclusive que ".... se torna ideal para todo tipo de aplicações...".

Isto posto, o referido aparelho não se restringe ao uso de informática estando incluído no beneficio da Lei 9.493/97.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2000

LEDA RUIZ DAMASCENO - Relatora



Processo nº:10314.003286/98-19

Recurso nº :120.734

TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2° do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador Representante da Fazenda Nacional junto à Primeira Câmara, intimado a tomar ciência do Acórdão nº 301.29.268.

Brasília-DF, 05.02.2001

Atenciosamente,

Moacyr Eloy de Medeiros Presidente da Primeira Câmara

Ciente em